ARTIGO 4.º

§ 1.º A gerência e a representação da sociedade, pertencem à sócia única, desde já nomeada gerente, com ou sem remuneração conforme ela decidir.

§ 2.º Para obrigar a sociedade é suficiente a intervenção de um gerente.

§ 3.º Por simples deliberação da gerência pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação no território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO 5.º

A sócia única fica autorizada a celebrar negócios jurídicos com a sociedade, desde que tais negócios sirvam à prossecução do objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei, mesmo que o objecto desses agrupamentos complementares e ou empresas não coincida no todo ou em parte com o objecto social que a sociedade está exercendo.

É sua sócia Vivian Spiazzi Pinho.

Está conforme o original.

9 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ajudante, *Carlos Alberto de Almeida Homem*. 2010616154

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

CHIUMAR — SOCIEDADE DE PRODUTOS ALIMENTARES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 63 110/860516; identificação de pessoa colectiva n.º 501668578; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 47/020402.

Certifico que foi registado o reforço e redenominação do capital de 400 000\$ para € 5000, tendo o artigo 3.º ficado com a seguinte redacção:

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e é formado por duas quotas, uma de valor nominal de dois mil e quinhentos euros pertencente ao sócio Victor Manuel Rodrigues e outra quota de dois mil e quinhentos euros pertencente à sócia Emília Loução Ribeiro Matos Rodrigues.

O texto completo e actualizado do contrato ficou depositado na pasta respectiva.

17 de Janeiro de 2006. — A Primeira-Ajudante, *Maria Margarida Faria Moreira da Silva*. 2010811950

LOURES

GASODUTO CAMPO MAIOR — LEIRIA — BRAGA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 18 148; identificação de pessoa colectiva n.º 503378801; inscrição n.º 15; averbamentos n.ºs 1, 2 e 3 à inscrição n.º 12; inscrições n.ºs 16 e 17; averbamento n.º 4 à inscrição n.º 12 e averbamento n.º 5 à inscrição n.º 12; números e data das apresentações: 26, 27 e 33/20020315.

Certifico que, por escritura de 27 de Dezembro de 2001, exarada de fl. 39 a fl. 41 do livro n.º 526-L do 5.º Cartório Notarial de Lisboa, foram alterados os artigos 2.º, n.º 1, 6.º, 11.º, n.º 1, 15.º, 17.º, 18.º, 19.º, n.º 2, e 20.º, eliminado o artigo 19.º e renumerados os artigos 20.º a 29.º, que passarão a ser os artigos 19.º a 28.º do contrato social, que passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede em Loures, na Estrada Nacional n.º 116, Vila de Rei, freguesia de Bucelas, podendo o conselho de administração deslocá-la para outro local, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

2 —

ARTIGO 6.º

As acções representativas do capital social da sociedade serão nominativas e escriturais.

ARTIGO 11.º

1 — O conselho de administração é composto por um presidente e dois ou quatro vogais, eleitos por um período de um ano, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

2 —

ARTIGO 15.º

O conselho de administração reúne normalmente uma vez por mês e sempre que seja convocado pelo presidente, quer por sua iniciativa, quer a pedido de qualquer dos administradores.

ARTIGO 17.º

1 — A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único, que deverá ser um revisor oficial de contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

2 — Com o fiscal único efectivo será eleito um suplente, também revisor oficial de contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

3 — O fiscal único efectivo e suplente serão eleitos para um ó mandato de um ano, podendo ser reeleitos, por uma ou mais vezes.

ARTIGO 18.º

O fiscal único tem a competência, os poderes e os deveres estabelecidos na lei e nos presentes estatutos, competindo-lhe designadamente:

a) Examinar sempre que o julgue conveniente, a escrituração da sociedade;

b) Acompanhar o funcionamento da sociedade e o cumprimento das leis e dos estatutos que lhe são aplicáveis;

c) Assistir às reuniões do conselho de administração sempre que o entenda conveniente;

d) Pedir a convocação extraordinária da assembleia geral, sempre que o entenda conveniente;

e) Emitir parecer acerca do balanço, do inventário e das contas anuais;

f) Levar à consideração do conselho de administração qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.

ARTIGO 19.º

1 —

2 — As assembleias gerais dos accionistas são convocadas sempre que a lei o determine ou o conselho de administração e o fiscal único entendam conveniente.

3 —

4 —

ARTIGO 21.º

1 — A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um secretário.

2 — Os membros da mesa são eleitos para um mandato de um ano podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes.

Facto: cessação de funções de presidente do conselho de administração de Luís Filipe da Costa Figueiredo Teixeira.

Causa: renúncia.

Data: 2 de Fevereiro de 2001.

Facto: actualização.

O administrador Pedro Carmona de Oliveira Ricardo assume as funções de presidente do conselho de administração.

Facto: cessação de funções de vogal do conselho de administração de Juan Manuel Llabrés Esteban.

Causa: renúncia.

Data: 2 de Fevereiro de 2001.

Facto: nomeação de vogais do conselho de administração: Francisco Javier Alcaide Guindo, casado, Travesia Navaluenga, 22, Majadakonda, Madrid; Carlos Manuel Sola Pereira da Mata, casado, Praça de José Afonso, 10, 2.º, direito, Alfofornos, Amadora.

Data da deliberação: 30 de Março de 2001.

Data da cooptação: 15 de Fevereiro de 2001.

Facto: alteração parcial do contrato.

Artigos alterado: 5.º

Capital: redenominado em € 26 881 216,27, reforçado com a quantia de € 64 783,73, por incorporação de reservas legais, pelo que passa para € 26 946 000, dividido em 5 389 200 acções com o valor nominal de € 5 cada uma.

Facto: actualização.
Redução de mandato.
Período: 2001.

Facto: cessação de funções dos membros do conselho fiscal: João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima, Pedro Matos Silva, Garcia Júnior & Pires Caiado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e Isabel Maria Nazaré de Carvalho Figueira.

Causa: renúncias.

Datas: 11 de Julho de 2001, 11 de Julho de 2001 e 12 de Julho de 2001, respectivamente.

Certifico que forem depositados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício do ano de 2000.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

10 de Outubro de 2002. — A Ajudante, *Maria Emília Gonçalves*.
1000152565

RIBA E CASA — CONSTRUÇÃO CIVIL, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Loures. Matrícula n.º 14 869; identificação de pessoa colectiva n.º 504209060; data da entrega: 21072005.

Certifico que foram depositados os documentos de prestação de contas relativos aos anos de 2002, 2003 e 2004 da sociedade em epígrafe.

23 de Dezembro de 2005. — A Escriturária Superior, *Carla Ferreira do Souto de Jesus*.
2009583850

ODIVELAS

LUSOQUINA — SOCIEDADE INDUSTRIAL TRANSFORMAÇÃO DE CHAPAS METÁLICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Odivelas. Matrícula n.º 12 328; identificação de pessoa colectiva n.º 503486892; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 13/20051128.

Certifico que foram efectuados os seguintes actos de registo:

1 — Nomear gerente Filomena de Jesus Nobre Guerreiro Calvino, casada, residente na Rua do Poder Local, 2, 1-D, Pontinha, e de Severo Igrejas Calvino, casado, residente na Rua do Poder Local, 2, 1-D, Pontinha, Odivelas, por deliberação em 17 de Julho de 2005.

Está conforme o original.

13 de Dezembro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Hélder da Costa Lopes*.
2009744250

VILA FRANCA DE XIRA

FACTORENE — SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira. Matrícula n.º 06282/030926; identificação de pessoa colectiva n.º 506603512; data da apresentação: 030926.

Certifico que foi feita a prestação de contas da sociedade em epígrafe, com referência ao exercício de 2004, tendo ficado depositado em pasta os respectivos documentos.

Está conforme o original.

28 de Novembro de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Maria Teresa Santos Neves Lemos*.
2009969367

PORTO

MAIA

MAIADRINK — EXPLORAÇÃO MÁQUINAS AUTOMÁTICAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 56 822/20020607; identificação de pessoa colectiva n.º 506161200.

Certifico que ficou depositada na pasta respectiva toda a documentação referente à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício do ano de 2003.

Conferida, está conforme.

17 de Janeiro de 2006. — A Escriturária Superior, *Maria Teresa da Costa Martins Abrantes*.
2008485030

MARCO DE CANAVESES

OURIVESARIA REQUINTE, L.^{DA} (actualmente OURIVESARIA REQUINTE, UNIPESSOAL, L.^{DA})

Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses. Matrícula n.º 00420/880916; identificação de pessoa colectiva n.º 502039957; número e data da apresentação: 05/20011207.

Certifico que pela inscrição n.º 4, foi registado o seguinte acto:

Unificação de quotas, aumento de capital, redenominação em euros e transformação de sociedade, sendo sócios Margarida Maria Silva Moreira, divorciada, passando a reger-se pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Ourivesaria Requite, Unipessoal, L.^{da}, com sede no lugar de Vista Alegre, freguesia de Alpendorada e Matos, concelho de Marco de Canaveses, com duração por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

Por simples deliberação da assembleia geral, pode a sede social ser deslocada para outro local, dentro do mesmo concelho, e abrir filiais em Portugal ou no estrangeiro, dentro dos limites da lei.

ARTIGO 3.º

O seu objecte consiste no comércio a retalho de artigos de ouro, prata e artesanato.

ARTIGO 4.º

O capital social integralmente realizado e subscrito em dinheiro e outros valores é de cinco mil euros e pertence na sua totalidade à sócia Margarida Maria Silva Moreira.

ARTIGO 5.º

A sócia poderá efectuar prestações suplementares de capital até ao montante de cinquenta mil euros, mediante deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 6.º

Mediante prévia deliberação da assembleia geral é permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedades com objecto diferente ou reguladas por lei especial, inclusivamente como sócia de responsabilidade limitada e accionista de sociedades anónimas.

ARTIGO 7.º

1 — A gerência será designada por decisão da única sócia.

2 — Fica, todavia, desde já, nomeada gerente a única sócia, Margarida Maria Silva Moreira.

3 — A sociedade obriga-se em juízo ou fora dele, activa e passivamente, mediante a assinatura de um gerente.

4 — A gerência não será remunerada, salvo deliberação em contrário pela assembleia geral.

5 — A sociedade por intermédio da gerência poderá constituir procuradores ou mandatários forenses que obrigarão a sociedade nos termos e limites fixados nos respectivas instrumentos.

ARTIGO 8.º

Os exercícios sociais coincidirão com os anos civis.

Após constituição do fundo de reserva legal exigida por lei, os lucros de cada exercício serão aplicados conforme for decidido em assembleia geral.

Conferida, está conforme.

4 de Fevereiro de 2002. — O Ajudante, *José Augusto de Macedo Moura*.
1000038743